DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 6567/2022

PROCESSO TC/MS	: TC/7528/2021
PROTOCOLO	: 2114220
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE
JURISDICIONADO	: VALDIR COUTO DE SOUZA JÚNIOR
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO
RELATOR	: CONS. RONALDO CHADID

CONTRATAÇÃO PÚBLICA - REMESSA DE DOCUMENTOS ENVIADA DE FORMA INCORRETA - AUSÊNCIA DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE - VALOR DA CONTRATAÇÃO INFERIOR AO LIMITE PARA O ENVIO DOS EDITAIS DE LICITAÇÃO PARA CONTROLE - ARQUIVAMENTO.

Trata-se de Ata de Registro de Preços n. 21/2021, originária do processo licitatório Pregão Presencial n. 25/2021, realizada pelo Município de Nioaque, objetivando o registro de preços para a prestação de serviços de gestão de gerenciamento de manutenções corretivas e preventivas, através de software de gerenciamento via web, no valor de R$ 1.575.520,00 (um milhão quinhentos e setenta e cinco mil quinhentos e vinte reais).

A Divisão de Fiscalização de Licitações, Contratações e Parcerias na Solicitação de Providências n. 34/2022 (f. 181-183), constatou a ausência de objeto para análise, a remessa para o controle posterior da mencionada contratação foi enviada de forma incorreta, bem como, verificou-se a ausência do contrato ou instrumento substitutivo entre suas peças instrutórias.

Além disso, o corpo técnico pontuou que, tão somente devem ser encaminhados para o controle posterior, os contratos formalizados, ou os substitutivos contratuais, que tenham atingido o valor, no caso de compras e serviços, igual ou superior a R$ 70.000,00 (setenta mil reais) se tratando do Município de Nioaque, conforme estabelecido na alínea “b”, do inciso II do art. 18 da Resolução TCE/MS n. 88/2018.

No mesmo sentido, o Ministério Público de Contas no Parecer n. 8773/2022 (f. 185-186), opinou pela extinção e consequente arquivamento do presente processo, em razão do envio equivocado da documentação, com valor abaixo daquele determinado pelo artigo 18, II, alínea "b" do manual de peças obrigatórias (Resolução TCE/MS n. 88/2018).

Com esteio nas disposições legais e regulamentares demonstradas, acolho o parecer do Ministério Público de Contas e, decido pelo arquivamento destes autos com fundamento no art. 152, inciso II, do Regimento Interno, aprovada pela Resolução TCE/MS n. 98/2018. Feito isso, determino a comunicação do *Sr.* V*aldir Couto de Souza Júnior***,** prefeito Municipal de Nioaque, para que tome ciência do teor do resultado do julgamento.

É a decisão.

Remetam–se os autos à *Gerência de Controle Institucional* para providências.

Cumpra – se.

Campo Grande/MS, 16 de agosto de 2022.

(Assinado digitalmente)
Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

izf